

ÍNDICE-SUMÁRIO

PARTE GERAL

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA	9
PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	9
PARTE I Direitos e deveres fundamentais	11
TÍTULO I Princípios gerais	11
TÍTULO II Direitos, liberdades e garantias	12
CAPÍTULO I Direitos, liberdades e garantias pessoais	12
TÍTULO III Direitos e deveres económicos, sociais e culturais	13
CAPÍTULO II Direitos e deveres sociais	13
PARTE II Organização económica	14
TÍTULO I Princípios gerais	14
TÍTULO IV Sistema financeiro e fiscal	15
PARTE III Organização do poder político	17
TÍTULO I Princípios gerais	17
TÍTULO III Assembleia da República	19
CAPÍTULO II Competência	19
TÍTULO IV Governo	23
CAPÍTULO III Competência	23
TÍTULO V Tribunais	24
CAPÍTULO II Organização dos tribunais	24
TÍTULO VII Regiões autónomas	24
TÍTULO VIII Poder local	27
CAPÍTULO I Princípios gerais	27
CAPÍTULO III Município	27
TÍTULO IX Administração Pública	27
LEI GERAL TRIBUTÁRIA	
DECRETO-LEI Nº 398/98, DE 17 DE DEZEMBRO	29
TÍTULO I Da ordem tributária	33
CAPÍTULO I Princípios gerais	33
CAPÍTULO II Normas tributárias	35

TÍTULO II Da relação jurídica tributária	37
CAPÍTULO I Sujeitos da relação jurídica tributária	37
CAPÍTULO II Objecto da relação jurídica tributária	42
CAPÍTULO III Constituição e alteração da relação jurídica tributária	43
CAPÍTULO IV Extinção da relação jurídica tributária	44
SECÇÃO I Pagamento da prestação tributária	44
SECÇÃO II Caducidade do direito de liquidação	46
SECÇÃO III Prescrição da prestação tributária	48
CAPÍTULO V Garantia da prestação tributária	49
TÍTULO III Do procedimento tributário	50
CAPÍTULO I Regras gerais	50
CAPÍTULO II Sujeitos	54
SECÇÃO I Administração tributária	54
SECÇÃO II Contribuintes e outros interessados	62
CAPÍTULO III Do procedimento	66
SECÇÃO I Início do procedimento	66
SECÇÃO II Instrução	66
CAPÍTULO IV Decisão	68
CAPÍTULO V Procedimentos de avaliação	70
SECÇÃO I Princípios gerais	70
SECÇÃO II Avaliação indirecta	71
SUBSECÇÃO I Pressupostos	71
SUBSECÇÃO II Critérios	74
SUBSECÇÃO III Procedimentos	75
TÍTULO IV Do processo tributário	78
CAPÍTULO I Acesso à justiça tributária	78
CAPÍTULO II Formas de processo e processo de execução	79

CÓDIGO DE PROCEDIMENTO E DE PROCESSO TRIBUTÁRIO

DECRETO-LEI N.º 433/99, DE 26 DE OUTUBRO	81
TÍTULO I Disposições gerais	87
CAPÍTULO I Âmbito e direito subsidiário	87
CAPÍTULO II Dos sujeitos procedimentais e processuais	88
SECÇÃO I Da personalidade e da capacidade tributárias	88
SECÇÃO II Da legitimidade	89
SECÇÃO III Da competência	90
SECÇÃO IV Dos actos procedimentais e processuais	93
SUBSECÇÃO I Dos prazos	93
SUBSECÇÃO II Do expediente interno	94
SUBSECÇÃO III Das notificações e citações	96
TÍTULO II Do procedimento tributário	100
CAPÍTULO I Disposições gerais	100
CAPÍTULO II Procedimentos prévios de informação e avaliação	103

CAPÍTULO III Do procedimento de liquidação	104
SECÇÃO I Da instauração	104
SECÇÃO II Da decisão	105
SECÇÃO III Dos juros indemnizatórios	105
SECÇÃO IV Procedimentos próprios	106
CAPÍTULO IV Do reconhecimento dos benefícios fiscais	107
CAPÍTULO V Dos recursos hierárquicos	108
CAPÍTULO VI Do procedimento de reclamação graciosa	109
CAPÍTULO VII Da cobrança	112
SECÇÃO I Disposições gerais	112
SECÇÃO II Das garantias da cobrança	112
SECÇÃO IV Das formas e meios de pagamento	118
CAPÍTULO VIII Do procedimento de correcção de erros da administração tributária	120
TÍTULO III Do processo judicial tributário	121
CAPÍTULO I Disposições gerais	121
SECÇÃO I Da natureza e forma de processo judicial tributário	121
SECÇÃO II Das nulidades do processo judicial tributário	123
CAPÍTULO II Do processo de impugnação	123
SECÇÃO I Disposições gerais	123
SECÇÃO II Da petição	124
SECÇÃO III Da contestação	126
SECÇÃO IV Do conhecimento inicial do pedido	127
SECÇÃO V Da instrução	128
SECÇÃO VI Da sentença	130
SECÇÃO VII Dos incidentes	131
SECÇÃO VIII Da impugnação dos atos de autoliquidação, substituição tributária, pagamentos por conta e dos atos de liquidação com fundamento em classificação pautal, origem ou valor aduaneiro das mercadorias	132
CAPÍTULO III Dos processos de acção cautelar	133
SECÇÃO I Disposições gerais	133
SECÇÃO II Do arresto	134
SECÇÃO III Do arrolamento	135
SECÇÃO IV Da apreensão	135
SECÇÃO V Da impugnação das providências cautelares adoptadas pela administração tributária	136
CAPÍTULO IV Acção para o reconhecimento de um direito ou interesse legítimo em matéria tributária	136
CAPÍTULO V Dos meios processuais acessórios	137
CAPÍTULO VI Da intimação para um comportamento	138
TÍTULO IV Da execução fiscal	138
CAPÍTULO I Disposições gerais	138
SECÇÃO I Do âmbito	138

SECÇÃO II Da competência	139
SECÇÃO III Da legitimidade	140
SUBSECÇÃO I Da legitimidade dos exequentes	140
SUBSECÇÃO II Da legitimidade dos executados	140
SECÇÃO IV Dos títulos executivos	142
SECÇÃO V Das nulidades processuais	143
SECÇÃO VI Dos incidentes e impugnações	143
SECÇÃO VII Da suspensão, interrupção e extinção do processo	144
CAPÍTULO II Do processo	148
SECÇÃO I Disposições gerais	148
SECÇÃO II Da instauração e citação	152
SECÇÃO III Garantias especiais	155
SECÇÃO IV Do pagamento em prestações	156
SECÇÃO V Da dação em pagamento	159
SECÇÃO VI Da oposição	161
SECÇÃO VII Da apreensão de bens	164
SUBSECÇÃO I Do arresto	164
SUBSECÇÃO II Da penhora	164
SUBSECÇÃO III Dos embargos de terceiro	171
SECÇÃO VIII Da convocação dos credores e da verificação dos créditos	172
SECÇÃO IX Da venda dos bens penhorados	174
SECÇÃO X Da extinção da execução	179
SUBSECÇÃO I Da extinção por pagamento coercivo	179
SUBSECÇÃO II Da extinção por pagamento voluntário	180
SUBSECÇÃO III Da declaração em falhas	182
SECÇÃO XI Das reclamações e recursos das decisões do órgão da execução fiscal	182
TÍTULO V Dos recursos dos actos jurisdicionais	183
COMBATE AO PLANEAMENTO FISCAL ABUSIVO	
DECRETO-LEI Nº 29/2008, DE 25 DE FEVEREIRO	189
CAPÍTULO I Objecto e âmbito	191
CAPÍTULO II Deveres	194
CAPÍTULO III Gestão	195
CAPÍTULO IV Ilícitos de mera ordenação social	196
CAPÍTULO V Disposições finais	197
REGIMES DE TRIBUTAÇÃO PRIVILEGIADA	
PORTARIA Nº 150/2004, DE 13 DE FEVEREIRO	199
REGIME COMPLEMENTAR DO PROCEDIMENTO DE INSPEÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA	
DECRETO-LEI Nº 413/98, DE 31 DE DEZEMBRO	203

LEI Nº 50/2005, DE 30 DE AGOSTO	205
PARTE I Procedimento de inspecção tributária	207
TÍTULO I Princípios e disposições gerais	207
CAPÍTULO I Objecto e âmbito	207
CAPÍTULO II Princípios do procedimento de inspecção tributária	209
CAPÍTULO III Classificações do procedimento de inspecção tributária	210
TÍTULO II Competência e garantias de imparcialidade	211
CAPÍTULO I Competência	211
CAPÍTULO II Garantias de imparcialidade	212
TÍTULO III Planeamento e selecção	214
CAPÍTULO I Planeamento	214
CAPÍTULO II Selecção	215
TÍTULO IV Actos de inspecção	215
CAPÍTULO I Garantias do exercício da função inspectiva	215
CAPÍTULO II Local, horário dos actos de inspecção e prazo do procedimento	219
CAPÍTULO III Notificações e informações	221
PARTE II Marcha do procedimento de inspecção	222
TÍTULO I Início do procedimento de inspecção	222
CAPÍTULO I Preparação, programação e planeamento	222
CAPÍTULO II Cooperação e notificação para início do procedimento	224
TÍTULO II Actos do procedimento de inspecção	226
TÍTULO III Conclusão e efeitos do procedimento de inspecção	229
CAPÍTULO I Conclusão do procedimento de inspecção	229
CAPÍTULO II Efeitos do procedimento de inspecção	231
 SISTEMA DE INSPECÇÃO TRIBUTÁRIA POR INICIATIVA DO SUJEITO PASSIVO OU DE TERCEIRO	
DECRETO-LEI Nº 6/99, DE 8 DE JANEIRO	233
 REGIME GERAL DAS INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS	
LEI Nº 15/2001, DE 5 DE JUNHO	237
PARTE I Princípios gerais	241
CAPÍTULO I Disposições comuns	241
CAPÍTULO II Disposições aplicáveis aos crimes tributários	244
CAPÍTULO III Disposições aplicáveis às contra-ordenações	249
PARTE II Do processo	253
CAPÍTULO I Processo penal tributário	253
CAPÍTULO II Processo de contra-ordenação tributária	257
SECÇÃO I Disposições gerais	257
SECÇÃO II Processo de aplicação das coimas	262
SUBSECÇÃO I Da fase administrativa	262
SUBSECÇÃO II Da fase judicial	266

PARTE III Das infracções tributárias em especial	267
TÍTULO I Crimes tributários	267
CAPÍTULO I Crimes tributários comuns	267
CAPÍTULO II Crimes aduaneiros	269
CAPÍTULO III Crimes fiscais	273
CAPÍTULO IV Crimes contra a segurança social	275
TÍTULO II Contra-ordenações tributárias	275
CAPÍTULO I Contra-ordenações aduaneiras	275
CAPÍTULO II Contra-ordenações fiscais	280

DOS IMPOSTOS EM ESPECIAL

CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

DECRETO-LEI Nº 442-A/88, DE 30 DE NOVEMBRO	291
DECRETO-LEI Nº 198/2001, DE 3 DE JULHO	297
LEI Nº 82-E/2014, DE 31 DE DEZEMBRO	299
CAPÍTULO I Incidência	319
SECÇÃO I Incidência real	319
SECÇÃO II Incidência pessoal	338
CAPÍTULO II Determinação do rendimento coletável	346
SECÇÃO I Regras gerais	346
SECÇÃO II Rendimentos do trabalho	349
SECÇÃO III Rendimentos empresariais e profissionais	350
SECÇÃO IV Rendimentos de capitais	357
SECÇÃO V Rendimentos prediais	358
SECÇÃO VI Incrementos patrimoniais	359
SECÇÃO VII Pensões	363
SECÇÃO VIII Dedução de perdas	364
SECÇÃO IX Abatimentos	365
SECÇÃO X Processo de determinação do rendimento coletável	365
CAPÍTULO III Taxas	371
CAPÍTULO IV Liquidação	377
CAPÍTULO V Pagamento	392
CAPÍTULO VI Obrigações acessórias	407
CAPÍTULO VII Fiscalização	416
CAPÍTULO VIII Garantias	417
CAPÍTULO IX Disposições diversas	418

EXTINÇÃO DA SOBRETAXA DO IRS

LEI Nº 159-D/2015, DE 30 DE DEZEMBRO	421
--------------------------------------	-----

TABELA DE ATIVIDADES EXERCIDAS PELOS SUJEITOS PASSIVOS DO IRS

PORTARIA Nº 1011/2001, DE 21 DE AGOSTO 425

TABELA DE ATIVIDADES DE ELEVADO VALOR ACRESCENTADO, COM CARÁTER CIENTÍFICO, ARTÍSTICO OU TÉCNICO EXERCIDAS POR RESIDENTES NÃO HABITUAIS

PORTARIA Nº 12/2010, DE 7 DE JANEIRO 429

CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS

DECRETO-LEI Nº 442-B/88, DE 30 DE NOVEMBRO 433

DECRETO-LEI Nº 159/2009, DE 13 DE JULHO 441

LEI Nº 2/2014, DE 16 DE JANEIRO 449

CAPÍTULO I Incidência 462

CAPÍTULO II Isenções 469

CAPÍTULO III Determinação da matéria coletável 476

SECÇÃO I Disposições gerais 476

SECÇÃO II Pessoas coletivas e outras entidades residentes que exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola 477

SUBSECÇÃO I Regras gerais 477

SUBSECÇÃO II Mensuração e perdas por imparidades em ativos correntes 486

SUBSECÇÃO III Depreciações, amortizações e perdas por imparidades em ativos não correntes 489

SUBSECÇÃO IV Imparidades 494

SUBSECÇÃO IV-A Provisões 494

SUBSECÇÃO V Regime de outros encargos 496

SUBSECÇÃO VI Regime das mais-valias e menos-valias realizadas 501

SUBSECÇÃO VII Instrumentos financeiros derivados 505

SUBSECÇÃO VIII Empresas de seguros 507

SUBSECÇÃO VIII-A Rendimentos de patentes e outros direitos de propriedade industrial 507

SUBSECÇÃO IX Dedução de lucros e reservas distribuídos e de mais e menos-valias realizadas com a transmissão onerosa de partes sociais 509

SUBSECÇÃO X Dedução de prejuízos 513

SECÇÃO III Pessoas coletivas e outras entidades residentes que não exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola 515

SECÇÃO III-A Estabelecimentos estáveis de entidades residentes 516

SECÇÃO IV Entidades não residentes 518

SECÇÃO V Determinação do lucro tributável por métodos indiretos 519

LISTA I Bens e serviços sujeitos a taxa reduzida	
LISTA II Bens e serviços sujeitos a taxa intermédia	773
ANEXO A – Lista das actividades de produção agrícola	778
ANEXO B – Lista das prestações de serviços agrícolas	778
ANEXO C – Lista dos bens a que se refere o artigo 15º, nº 4, do CIVA	778
ANEXO D – Lista exemplificativa de prestações de serviços por via electrónica	779
ANEXO E – Lista dos bens e serviços do sector de desperdícios, resíduos e sucatas recicláveis a que se refere a alínea i) do nº 1 do artigo 2º	780
ANEXO F – Lista das atividades de produção agrícola	780
ANEXO G – Lista das prestações de serviços agrícolas	780
	781

REGIME DO IVA NAS TRANSAÇÕES INTRACOMUNITÁRIAS

DECRETO-LEI Nº 290/92, DE 28 DE DEZEMBRO

CAPÍTULO I Incidência	783
CAPÍTULO II Isenções	791
CAPÍTULO III Valor tributável	797
CAPÍTULO IV Taxas	799
CAPÍTULO V Liquidação e pagamento do imposto	800
SECÇÃO I Deduções	800
SECÇÃO II Reembolsos	800
SECÇÃO III Pagamento do imposto	801
CAPÍTULO VI Outras obrigações dos sujeitos passivos	801
CAPÍTULO VII Disposições finais	802
	807

REFORMA DA TRIBUTAÇÃO DO PATRIMÓNIO

DECRETO-LEI Nº 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO

CAPÍTULO I Aprovação	809
CAPÍTULO II Alterações legislativas	810
CAPÍTULO III Regime transitório	810
CAPÍTULO IV Disposições finais	810
	822

CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS

CAPÍTULO I Incidência	
CAPÍTULO II Isenções	
CAPÍTULO III Matrizes prediais	827
CAPÍTULO IV Do objecto e tipos de avaliação na determinação do valor patrimonial tributário	831
CAPÍTULO V Do valor patrimonial tributário dos prédios rústicos	832
SECÇÃO I Do rendimento fundiário	834
SECÇÃO II Avaliação de base cadastral	834
SECÇÃO III Avaliação de base não cadastral	835
SECÇÃO IV Avaliação directa	839
SECÇÃO V Disposições diversas	840
	840

CAPÍTULO VI Do valor patrimonial tributário dos prédios urbanos	841
SECÇÃO I Da iniciativa da avaliação	841
SECÇÃO II Das operações de avaliação	841
CAPÍTULO VII Dos organismos de coordenação e de avaliação	849
SECÇÃO I Da propriedade rústica	849
SUBSECÇÃO I Organismos de coordenação	849
SUBSECÇÃO II Dos peritos avaliadores	852
SECÇÃO II Da propriedade urbana	853
SECÇÃO III Disposições comuns	856
CAPÍTULO VIII Reclamações e impugnações da avaliação	857
SECÇÃO I De prédios rústicos	857
SECÇÃO II De prédios urbanos	859
SECÇÃO III Disposição comum	860
CAPÍTULO IX Organização e conservação das matrizes	861
SECÇÃO I Disposições comuns	861
SECÇÃO II Matrizes cadastrais rústicas	862
SECÇÃO III Matrizes não cadastrais rústicas	863
SECÇÃO IV Matrizes urbanas	863
SECÇÃO V Cadernetas prediais	864
SECÇÃO VI Guarda e conservação do cadastro geométrico	864
SECÇÃO VII Alterações matriciais	867
SECÇÃO VIII Renovação das matrizes	868
CAPÍTULO X Taxas	869
CAPÍTULO XI Liquidação	871
CAPÍTULO XII Pagamento	873
CAPÍTULO XIII Fiscalização	874
CAPÍTULO XIV Garantias	876
CAPÍTULO XV Adicional ao imposto municipal sobre imóveis	878
SECÇÃO I Incidência	878
SECÇÃO II Valor tributável	879
SECÇÃO III Taxa	880
SECÇÃO IV Liquidação e Pagamento	881
SECÇÃO V Disposições relativas a impostos de rendimento	881
SECÇÃO VI Outras disposições	882
CAPÍTULO XVI Disposições diversas	882

CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS

CAPÍTULO I Incidência	887
CAPÍTULO II Isenções	890
CAPÍTULO III Determinação do valor tributável	895
CAPÍTULO IV Taxas	900
CAPÍTULO V Liquidação	902
CAPÍTULO VI Cobrança	906

ÍNDICE-SUMÁRIO

CAPÍTULO VII	Garantias	908
CAPÍTULO VIII	Fiscalização	909
CAPÍTULO IX	Disposições diversas	912
CÓDIGO DO IMPOSTO DO SELO		913
LEI Nº 150/99, DE 11 DE SETEMBRO		920
CAPÍTULO I	Incidência	927
CAPÍTULO II	Isenções	930
CAPÍTULO III	Valor tributável	930
SECCÃO I	Regras gerais	931
SECCÃO II	Nas transmissões gratuitas	936
CAPÍTULO IV	Taxas	936
CAPÍTULO V	Liquidação	936
SECCÃO I	Regras gerais	937
SECCÃO II	Nas transmissões gratuitas	942
SECCÃO III	Regras comuns	943
CAPÍTULO VI	Pagamento	946
CAPÍTULO VII	Garantias	946
CAPÍTULO VIII	Fiscalização	946
SECCÃO I	Regras gerais	946
SUBSECCÃO I	Obrigações dos sujeitos passivos	948
SUBSECCÃO II	Obrigações de entidades públicas e privadas	949
SECCÃO II	Nas transmissões gratuitas	950
CAPÍTULO IX	Disposições diversas	952
Tabela Geral do Imposto do Selo		955
CÓDIGO DOS IMPOSTOS ESPECIAIS DE CONSUMO		961
DECRETO-LEI Nº 73/2010, DE 21 DE JUNHO		961
PARTES I	Parte geral	961
CAPÍTULO I	Princípios e regras gerais	967
CAPÍTULO II	Liquidação, pagamento e reembolso do imposto	971
CAPÍTULO III	Produção, transformação e armazenagem em regime de suspensão	977
CAPÍTULO IV	Circulação em regime de suspensão	982
CAPÍTULO V	Perdas e inutilização	984
CAPÍTULO VI	Garantias	986
CAPÍTULO VII	Circulação e tributação após a introdução no consumo	989
PARTES II	Parte especial	989
CAPÍTULO I	Imposto sobre o álcool, as bebidas alcoólicas e as bebidas adicionadas de açúcar ou outros edulcorantes	989
SECCÃO I	Álcool e bebidas alcoólicas	1000
SECCÃO II	Bebidas não alcoólicas	1002
CAPÍTULO II	Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos	

CAPÍTULO III Imposto sobre o tabaco	1015
CAPÍTULO IV Disposições finais	1025
REFORMA DA TRIBUTAÇÃO AUTOMÓVEL	
LEI Nº 22-A/2007, DE 29 DE JUNHO	1027
CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE VEÍCULOS	
CAPÍTULO I Princípios e regras gerais	1031
CAPÍTULO II Estatuto dos sujeitos passivos	1038
CAPÍTULO III Introdução no consumo	1041
CAPÍTULO IV Liquidação, pagamento e reembolso	1045
CAPÍTULO V Regimes suspensivos	1048
SECÇÃO I Admissão e importação temporária	1048
SUBSECÇÃO I Regras gerais	1048
SUBSECÇÃO II Regras especiais	1050
SECÇÃO II Expedição e exportação	1055
CAPÍTULO VI Regimes de isenção	1057
SECÇÃO I Regras gerais	1057
SECÇÃO II Regras especiais	1059
SUBSECÇÃO I Funções de autoridade, utilidade pública e serviço de táxi	1059
SUBSECÇÃO II Pessoas com deficiência	1062
SUBSECÇÃO II-A Famílias numerosas	1065
SUBSECÇÃO III Transferência de residência	1066
CAPÍTULO VII Disposições finais	1069
CÓDIGO DO IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO	
CAPÍTULO I Princípios e regras gerais	1071
CAPÍTULO II Liquidação e pagamento	1081
CAPÍTULO III Obrigações acessórias, fiscalização e regime contra-ordenacional	1083
LEI Nº 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO	
Artigo 216º Adicional em sede de imposto único de circulação	1087